



Telecentro: instrumento tecnológico de fortalecimento das atividades humanas.¹

Patrícia Gonçalves Saldanha² (Doutoranda – UFRJ)

Mohammed El Hajji³ (Professor – UFRJ)

Telecentros: um instrumento tecno-cognitivo contra a exclusão social

A compreensão do inédito sentido sociopolítico dos Telecentros, enquanto equipamentos simbólicos coletivos e pólos sociais comunitários, exige uma análise atenta aos múltiplos aspectos tecno-organizacionais que sustentam o atual processo de globalização e consolidam os fenômenos sociais e políticos que dele decorram. Dentre estes aspectos, se destacam aqueles referentes à reestruturação e à rearticulação das instâncias de produção de sentido da contemporaneidade em torno dos meios de produção, distribuição e controle da Informação. E os, de ordem reflexiva, que dizem respeito à re-interpretação e atualização do próprio conceito de Instituição na sua acepção de “forma visível” da Sociedade⁴. Já que na era dos “megaprocessos”⁵ que subtendem e ordenam as bases do poder da atualidade, os territórios e territorialidades políticos, sociais, existenciais e subjetivos sofreram e continuam sofrendo radicais transformações devido à ação dos dispositivos tecnológicos que, doravante, gerenciam o nosso cotidiano e caucionam seus valores públicos e suas qualidades privadas.

A “organização dualista” do mundo através das N.T.I.C.'s

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (N.T.I.C.'s) se encontram, evidentemente, na base e na dianteira desses megaprocessos, na medida que elas

¹Trabalho enviado ao 1o. CONECO GT 01-Comunicação, cultura e poder

² Doutorado em Comunicação e Cultura Eco – UFRJ (Cursando – bolsa CAPES); Mestre em Comunicação e Cultura Eco – UFRJ (Defesa:17/07/2002); Membro do LECC – Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (ECO – UFRJ). E-mail: patsaldanha@ig.com.br.

³ Doutor em Comunicação e Cultura; Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ; Pesquisador do CNPq; Editor da Revista Semiosfera (www.eco.ufrj.br/semiosfera). E-mail: mohahajji@yahoo.com.br.

⁴ “Uma forma estável e relativamente definida de vida com o objetivo de assegurar o bem comum dos indivíduos e representar as vontades coletivas do corpo social” na definição de Kenneth Schmitz (Cf. Comunidade: a Unidade Ilusória. In: Miranda Orlando (org). Para Ler Ferdinand Tönnies. São Paulo, Edusp, 1995. pg 176-193.).

⁵ “Análiticamente, situo estas transformações em três processos pós-nacionalizantes, multifacéticos, simultâneos, diferenciados e que se reforçam mutuamente: de mundialização de estilos, usos e costumes (metanacional); de globalização tecnológica, produtiva e comercial (transnacional); e de planarização da gestão (supranacional). No entanto, em concomitância com estes processos de homogeneização e comum-denominação, descortina-se o cenário dos paradoxos, das reações e das reafirmações excêntricas, expressas e configuradas pelas singularidades e particularidades nacionais, étnicas, religiosas e civilizatórias, enquanto espaços de acontecimentos e como protagonistas e referências centrais.” DREIFUSS, R. 1999, p.99



oferecem o suporte material que possibilita a superação das tradicionais equações espaço-temporais e a sua substituição por novos paradigmas de gestão econômica e humana. A progressiva supressão das barreiras espaciais, notadamente, representa um modo implacável de aceleração e de universalização dos fluxos econômicos e comerciais, como também um fator radical de mudança nas formas de organização humana e de produção de subjetividade – tanto individual como coletiva.

Porém, ao mesmo tempo que não há como negar o efeito desterritorializante do processo, inclusive ao contribuir para a desagregação dos existentes padrões de organização e de comunicação comunitárias, se deve, hoje, observar e explorar as novas possibilidades de reestruturação comunitária e de reenraizamento existencial do sujeito, oferecidas dialeticamente pelas N.T.I.C.'s. As mesmas tecnologias que possibilitam a entronização do *Todo Poderoso Capital Internacional* como credo único e absoluto de nosso mundo, são também usadas para fins de estabelecimento de novos laços coletivos e para elaboração de novas estratégias de resistência aos efeitos avassaladores do Capital.

Nos dois casos, se deve reconhecer a importância revolucionária da informatização da sociedade que tem se tornado comparável à invenção da imprensa, da roda, da moeda, do tempo mecânico ou outras semioses responsáveis pelo desencaixe do tempo-espaço, desterritorialização do sujeito e ampliação da sua força de abstração. As conseqüências das atuais inovações tecnológicas são, assim, radicais e irreversíveis tanto em termos de organização social como aos níveis psicológicos e existenciais de nossa condição significativa.

As relações sociais e de produção, por exemplo, não consistem mais apenas em uma ação sobre as pessoas e as coisas, mas sim em uma interação entre as pessoas e a informação (pessoas agindo sobre informação e informação agindo sobre pessoas) independentemente de sua inserção social ou comunitária. O que leva alguns autores a considerar que tais mudanças não representam apenas um novo estágio da modernidade tardia, mas constituem, genuinamente, as bases de uma “nova civilização”. A idéia de “civilização” ou de “novidade”, contudo, não deve ser tomada numa escala de valores positivista, mas sim num sentido instrumental organizacional, independentemente da carga moral ou ética atribuída a esta “civilização” ou a sua suposta “novidade”.

Na verdade, uma abordagem minimamente sensível ao devir humano não omitirá de salientar os aspectos questionáveis dessas mudanças. Se se pode argumentar a favor das possibilidades de diálogo e de cooperação entre sujeitos, grupos, nações e



culturas oferecidas no âmbito dessa “civilização”; também não se deve ignorar que esta “novidade” carrega em seu bojo uma característica peculiar: a hiper-valorização das relações de produção em detrimento das relações humanas. Correndo, assim, o risco de reduzir o Social e o Humano a uma simples peça funcional no processo de produção econômica.

Todavia, sem tentar escamotear a centralidade do fato informativo e comunicacional em nossa sociedade, há de se incluir em toda reflexão, ou tentativa de teorização, a parte humana e social, especialmente através dos quadros organizacionais e das instituições que tentam elaborar novas formas de solidariedade e de interação humana e não se deixam engolir pela força esmagadora do Mercado e do Reino Universal do Consumo.

Por mais que a sociedade contemporânea se renda ou se enquadre nos moldes do panorama global, é preciso que se reconheça a existência da contrapartida e do contrapeso – a potência dialética, não necessariamente visível no regime midiático atual, mas essencialmente viva e atuante no arraigado e contínuo estar-junto. São inúmeras experiências de se agregar, se organizar e estabelecer políticas de representatividade social que vão no sentido da consolidação dos movimentos sociais e das organizações comunitárias enquanto modo de resistência ao Global e de (re) enraizamento no Local.

Telecentro Santa Marta: um exemplo de saída do estado de impassibilidade

A verdadeira novidade, contudo, reside na apropriação por esses movimentos dos próprios instrumentos e armas da atual ordem avassaladora. Se utilizando de estratégias similares às de guerrilha, as novas formas de organização social, longe de negar, recusar ou demonizar as N.T.C.'s, os movimentos comunitários se apropriam e delas fazem seu melhor aliado. Hoje, a elaboração de modalidades de luta social baseadas no uso das N.T.C.'s é praticamente a regra entre todos aqueles que se opõem ao Império Global e desejam reformular seu sentido social.

De fato, o valor da atuação política dos grupos sociais, das instituições e das organizações de diversas naturezas depende, doravante, do posicionamento desses atores com relação aos principais fluxos de informação e às redes que regulam sua capacidade de produzir e administrar os seus próprios fluxos de informação que, podem seguir os modelos já instituídos, ou mesmo criar formatos particulares e incomuns,



capazes de forçar a inclusão social através de caminhos alternativos na afluência das Novas Tecnologias.

Neste contexto, a informação (sob todas as suas formas) se torna um bem valioso e disputado, e a produção, controle, difusão e acessibilidade da informação viram peças chaves no jogo do poder tanto econômico como político. Não apenas nas mãos das classes dominantes representadas pelas elites transnacionais, mas também enquanto ferramentas de resistência para uma enorme parcela da sociedade historicamente privada de meios de informação e de expressão.

Assim, pode-se observar, no mundo inteiro, uma forte tendência à monopolização dos meios de produção e difusão da informação, por parte de cartéis locais ou transnacionais, formando novas constelações de poder cujo terreno comum é a produção, a difusão e o controle da informação. Mas, paralelamente, é notório o avanço das classes menos abastadas que tentam conquistar voz própria com a ajuda dessas mesmas novas tecnologias, particularmente cristalizadas na figura emergente dos telecentros.

A título de exemplo, se pode citar a experiência do morro Santa Marta, iniciada pelo grupo ECO⁶, que ilustra as possibilidades de democratização da comunicação (meios e conteúdo) e de aproximação das comunidades marginalizadas do universo das novas tecnologias. Sendo seu principal impacto a (re) socialização dos jovens que vivem fortes pressões de exclusão social e/ou aliciamento pelo mundo do crime, a partir da busca de um auto-reconhecimento da identidade do grupo ao qual pertencem e de seu posicionamento político perante a sociedade.

Os telecentros, como se pode constatar, mais do que uma nova linguagem, são um exercício contínuo de cidadania e um meio original de produção de singularidade cultural, enunciação de subjetividade coletiva e organização da sociedade civil no conturbado contexto global da modernidade tardia. Prova da viabilidade de plataformas de ação local com projeção global, onde a re-apropriação da voz própria não é uma finalidade última nem um fim em si, mas apenas o começo de um projeto sociopolítico que recoloca o Homem no centro de suas preocupações; não como problema, mas sim como solução. Uma solução capaz de posicionar o homem na comunidade, recuperando a idéia do conceito propriamente, além de valorizar o sentido das relações comunitárias como a definição de um lugar capaz de atender o imaginário do grupo. Neste sentido,

⁶ Uma ONG formada por moradores daquela localidade e cujo diferencial se constitui no fato de que uma parte significativa tem nível superior.



ao se conceituar comunidade, a decisão é não levar avante a versão oitocentista de comunidade como via ideativa, distanciada do real. É necessário assumir que a idéia de comunidade sempre esteve relacionada ao propósito de construção de um mundo real.(PAIVA, 2003,67)

Desta forma, a leitura que Raquel Paiva faz do francês Jean-luc Nancy, se torna pertinente quando deixa claro que não há dúvida do sucesso da implementação de telecentros no morro Santa Marta porque, em vez de valorizar os “artefatos tecnológicos” e reafirmar a busca de inserção social a partir do enquadramento em uma *via ideativa* que confirmaria a lógica globalizante, caminhou pela *via real*, priorizando com vigor a auto-estima dos moradores locais e iniciando um processo de resgate da identidade da própria comunidade.

Por outro lado, no nível institucional associativo, não se pode esquecer que a própria definição da idéia de "telecentro" no Rio de Janeiro foi realizada de acordo com a resolução da (Rede de Informações para o Terceiro Setor). Nos termos da RITS, a gestão destes centros deve ser desenvolvida pelos próprios moradores da localidade, através de uma organização comunitária que estimula a participação política dos integrantes da comunidade, democratiza o acesso do uso dos computadores e, principalmente, incentiva a comunidade local a produzir seu próprio conteúdo.

Os telecentros comunitários são, assim, iniciativas que utilizam as tecnologias digitais como instrumentos para o desenvolvimento humano e comunitário, enfatizando o uso social e a apropriação das ferramentas tecnológicas em função de um projeto de transformação social para melhorar as condições de vida das pessoas. A visão que subtende esse tipo de ação social acredita que a tecnologia e a conectividade são importantes, mas não suficientes para seu bom andamento e seu contínuo desenvolvimento.

Nos telecentros comunitários formam-se facilitadores/as e promotores/as comunitários/as não só em aspectos técnicos de informação e comunicação como também em usos estratégicos das tecnologias digitais para a mudança social. Os telecentros comunitários são locais de encontros e intercâmbio, espaços de aprendizagem, crescimento pessoal e mobilização para resolver problemas e necessidades da comunidade.⁷

⁷Cartilha desenvolvida e produzida pela ONG -RITS(Rede de Informações do Terceiro Setor).
“Telecentros Comunitários – para o desenvolvimento humano. Lições sobre telecentros comunitários na



Pois fica evidente que, num mundo globalizado caracterizado pela mobilidade dos objetos, dos bens, das pessoas e das idéias, a demanda em comunicação (meios mais sofisticados, acesso instantâneo à informação oportuna, etc..) torna-se cada vez maior e cada vez mais vital para o conjunto dos setores da sociedade. A conjugação da dinâmica da globalização ao seu correlato tecno-organizacional, cristalizado no processo de convergência dos meios de comunicação, se revela portadora de uma profunda força transformadora de todas as condições existenciais da vida contemporânea, desde nossas estruturas sociais, nossos modos de produção e de representação política, até as regras de convivialidade, o sentido de cultura ou ainda o do entretenimento.

Telecentro : uma dinâmica positiva contra a exclusão social

O que merece ser aqui destacado, entretanto, é que a natureza dinâmica das atuais plataformas sócio-organizacionais, ao mesmo tempo que representa grandes desafios políticos, oferece uma oportunidade histórica aos grupos marginalizados de ocuparem um lugar mais digno no espaço social. A conjugação da dinâmica da convergência ao processo de globalização vem gerando novas possibilidades de articulação do local, o regional e o nacional ao internacional, mundial e global.

Com efeito, ao mesmo tempo que as novas tecnologias de comunicação constituem uma ameaça para aqueles que não se encontram preparados para acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais em curso, elas permitem às organizações criativas o bastante (sejam elas empresas, instituições sociais ou comunidades específicas) para alcançar e relacionar-se com inúmeras esferas organizacionais correspondentes a seus interesses (mercados ou outras instituições) em nível regional ou mundial, independentemente de seu tamanho ou de suas capacidades materiais.

Dentre outras implicações positivas desses desenvolvimentos, pode-se salientar a possibilidade oferecida à sociedade civil, aos grupos específicos e às comunidades de organizarem-se em torno dos novos “equipamentos” coletivos simbólicos como os telecentros. São beneficiários desta tecnologia social, todas as entidades cujo objetivo não é o de alcançar necessariamente o grande público, mas sim de estabelecer canais de troca de informação e de conhecimento, estruturas organizacionais mais ágeis,



integração de ações locais num contexto regional, nacional ou global, informar a opinião pública nacional ou internacional, etc.

Nesta direção, o uso das novas tecnologias de comunicação na sociedade global pode ter uma função de apoio ao esforço das comunidades ou dos grupos particulares de inserirem-se numa ambiência social favorável à eclosão das energias, potencialidades e competências. Porém, neste contexto de transição, cabe ao Estado e à Sociedade Civil (mídia e universidade em primeiro lugar) fazer das mudanças um fator de desenvolvimento e de crescimento; não apenas no sentido puramente econômico e material, mas sim de diversificação das opções de expressão e de cultivo de uma identidade cultural plural e específica, forjada na diferenciação e na singularização locais e no enraizamento regional.

Vale voltar a lembrar, todavia, que, quando se trata dos campos da informação, da comunicação e seu correlato o conhecimento, não se pode separar ou compartimentar as múltiplas áreas da atividade humana e do desenvolvimento social. O saber social, na sua forma empírica frutificada, constitui uma esfera cognitiva abrangente que engloba e suporta o capital simbólico do grupo que o produz e o usa. As práticas midiática ou comunicacionais em geral (tanto na emissão como na recepção), por exemplo, fornecem o pano de fundo da totalidade da paisagem cognitiva que contém e mantém o conjunto da vida social e política e a estrutura cultural e historicamente – pleiteando assim ao status de tecnologia social de primeira ordem.

Do mesmo modo, as comunicações não representam apenas a estrutura simbólica que assegura o imaginário-mundo e sustenta a “aldeia global”, mas sim a base concreta constitutiva do quadro físico de elaboração e materialização do próprio processo de globalização. Aquém dos conteúdos específicos, os próprios artefatos tecnológicos e as próprias interfaces técnicas utilizados pelos meios de comunicação formam em si um quadro conceptual de expressão simbólica que, não apenas repercute uma determinada visão do mundo, mas antes, serve verdadeira e intrinsecamente de discurso ideológico e de instância de enunciação do padrão ético-estético que rege o processo de globalização.

Neste caso, mesmo que se apresente, aparentemente, como um paradoxo, na verdade, pode-se dizer que aí se encontra a expressão de uma doxa: a do resgate da auto-estima de uma fração da sociedade que passa a perceber a “*precariedade de sua existência e as suas privações*”⁸ e que tenta, a partir daí, intervir neste processo injusto

⁸PERUZZO, C., 1998. p.31



de reorganização do mundo que tem fluído quase que de forma (que se auto-intitula de) “natural” desde o século XVIII, com a mecanização dos sistemas de produção.

Considerações Finais

Verificou-se, portanto, que a existência concreta do Telecentro da Comunidade Santa Marta não só colaborou com a unificação de seu território, como projetou a mesma internacionalmente e a colocou num processo de intercâmbio cultural com outros telecentros que estão sendo montados neste momento, por grande parte dos países da América Latina. Principalmente porque, a gestão destes centros deve ser desenvolvida pelos próprios moradores da localidade, através de uma organização comunitária que, ao fortalecer sua auto-estima, estimula a participação política dos integrantes da comunidade e democratiza o acesso do uso dos computadores e, principalmente estimula a comunidade local para que esta inicie um processo de produção de conteúdo.

Mais do que isso, são centros que, além de permitir que a comunidade estabeleça diálogos com a sociedade nacional, tem a competência de projetá-la na esfera mundial ao considerar a funcionalidade do espaço virtual e sua utilidade, caso seja democratizado, favorecendo a articulação, em rede, e favorecendo assim não só uma possibilidade de democratização do acesso à comunicação (novos meios e produção local de seu conteúdo), mas de uma aproximação das comunidades marginalizadas do universo das novas tecnologias.

A articulação, em rede, do Continente Latino Americano já envolve países como Colômbia, Bolívia, Equador, Chile, etc. capazes de destacar tanto a prática participativa de sua população quanto na participação da Universidade neste processo. Ainda assim, torna-se extremamente relevante o destacar o México no caso do Movimento Zapatista⁹ que utilizaram a “*comunicação como lugar de conflito*” (FELICE, M. 2004, p.286)

⁹O **Movimento Zapatista** inspirou-se na luta de Emiliano Zapata contra o regime autocrático de Porfirio Díaz que encadeou a Revolução Mexicana em 1910. Os zapatistas tiveram mais visibilidade para o grande público a partir de 1 de janeiro de 1994 quando se mostraram para além das montanhas de Chiapas com capuzes pretos e armas nas mãos dizendo *Ya Basta!* (Já Basta!) contra o NAFTA (acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá) que foi criado na mesma data. O movimento defende uma gestão democrática do território, a participação direta da população, a partilha da terra e da colheita. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_zapatista – consulta realizada dia 14/10/2006)



através da internet. Desta mesma forma, todos estes centros de telecomunicações conectados fortificam um bloco continental que tende a se tornar mais do que localmente representativo, mas globalmente participativo.



Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmund. *Globalização: As Consequências Humanas*. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro, 1999.
- DREIFFUS, Renné Armand. *Tendências da Globalização*. In: Revista Tempo Brasileiro. nº139. Rio de Janeiro, 1999. pg 97-172.
- FELICE, Massimo Di. *As Armas Comunicantes. O Papel da Comunicação nos Novos Movimentos Revolucionários: o caso zapatista*. In: Vozes Cidadãs. Aspectos Teóricos e Análises de Experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina / Cicilia M. K. Peruzzo, organizadora. São Paulo: Angellara Ed., 2004 (Coleção comunicação e mídia). 281-303.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Ed. UNESP, 1991. 177 p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. Ed. DP&A, 1997. 111 p.
- PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1998. 206p.
- PERUZZO, Cicilia. *Comunicação nos Movimentos Populares - A participação na construção da cidadania*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1998. 342p.
- SCHMITZ, Kenneth. *Comunidade: a Unidade Ilusória*. In: Miranda Orlando (org). Para Ler Ferdinand Tonnies. São Paulo, Edusp, 1995. pg 176-193.
- SODRÉ, Muniz. *Atropológica do Espelho - uma teoria da comunicação linear em rede*. Ed. Vozes, Petrópolis. 2002. 268p.
- _____. *Reinventando a Cultura – A comunicação e seus produtos*. Petrópolis, Vozes, 1996. 180p.
- _____. *O Terreiro e a Cidade – A forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988. 165 p.